VI PROCESSO SELETIVO P/ ESTÁGIO 2017

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

CADERNO DE PROVAS

DIREITO

ESTE CERTAME É COMPOSTO DE **PROVA OBJETIVA:**
CONTENDO 50 (CINQUENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 4 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C e D, HAVENDO APENAS UMA CORRETA;

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL. RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme orientação do fiscal de sala.
Não haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
Somente faltando 2 (duas) horas para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
Ao término da prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão Resposta.
O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação da sua prova.

DURAÇÃO DA PROVA: 4 HORAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Segundo o art. 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, constituindo-se em Estado Democrático de Direito que se baseia nos seguintes fundamentos:

a) soberania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político, cidadania.

b) soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana e liberdade associativa e partidária.

c) cidadania, pluralismo político, fraternidade.

d) soberania, defesa da paz e autodeterminação dos povos.

2. Relativamente à famosa Teoria dos Direitos Fundamentais, desenvolvida pelo jusfilósofo alemão, Robert Alexy, que trata da estrutura das normas jurídicas, subdividindo-as em regras e princípios, marque a **INCORRETA**:

a) As regras são aplicadas por subsunção, na forma "tudo ou nada", enquanto os princípios são mandamentos de otimização e, em caso de colisão, deve-se valer do princípio (ou máxima) da proporcionalidade.

b) O princípio (ou máxima) da proporcionalidade se subdivide em adequação, legitimidade e interesse de agir.

c) Os direitos fundamentais possuem estrutura principiológica.

d) Em recente decisão, tratando de uma colisão entre os direitos fundamentais – caso gestante e a possibilidade de interrupção voluntária da gravidez (aborto) -- o STF valeu-se do princípio (ou máxima) da proporcionalidade para fundamentar racionalmente sua decisão.

3. Quanto a Hermenêutica Jurídica Constitucional, são considerados métodos clássicos ou tradicionais, **EXCETO**:

a) Gramatical ou filológico.

b) Histórico.

c) Teleológico.

d) Costumes.

4. O art. 7º (n. º 7) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos "Pacto de San José da Costa Rica", de 1969, dispõe desta forma: "Ninguém deve ser detido por dívidas." (....) Com a adesão do Brasil a essa convenção, assim como ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, sem qualquer reserva, ambos no ano de 1992, iniciou-se um amplo debate sobre a possibilidade de revogação, por tais diplomas internacionais, da parte final do inciso LXVII do art. 5º da Constituição brasileira de 1988. Diante disso, conforme dispõe a Súmula Vinculante 25, do STF, é ilícita a prisão civil do:

a) Devedor de alimentos.

b) Contraventor.

c) Depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.

d) n.d.a, haja vista ter a referida Súmula Vinculante perdido sua eficácia.

5. "_____ é um instituto complexo. Ao mesmo tempo em que possui uma dimensão política clara, também é um instituto jurídico-constitucional. (...) A destituição de um Presidente da República é uma questão muito séria e precisa ter os limites e a seriedade impostos pela Constituição preservados,

sob pena de, uma vez superada a era dos "golpes militares" entretemos numa outra fase, igualmente problemática para o desenvolvimento democrático, que seria o uso de instituições excepcionais utilizáveis apenas quando se configura tecnicamente um crime de responsabilidade como forma de destituir um Presidente impopular em meio a uma crise e sem base parlamentar que o sustente. (Trecho retirado da entrevista com os autores, professores Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia, Diogo Bacha e Silva e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira http://emporiododireito.com.br.)

O texto supramencionado trata do (a):

a) Sucessão presidencial. Nesse caso, assumirá o Presidente do STF, com base no art.79 da CF/88.

b) Impeachment. Nesse caso, substituirá o Presidente da República, o Vice-Presidente, com base no art.79 da CF/88.

c) Impeachment. Nesse caso, substituirá o Presidente da República, o Presidente do Congresso Nacional, com base no art.79 da CF.

d) Impeachment e sucessão presidencial. Nesse caso, substituirá o Presidente da República, o Presidente do STF, com base no art.79 da CF.

6. O artigo 196 da Constituição Federal preconiza que "a saúde é direito de todos e dever do Estado [...]". É correto afirmar que

a) o financiamento do SUS se dará exclusivamente com recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

b) o direito à saúde será garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos.

c) o acesso aos serviços de saúde pública é universal e gratuito somente aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, pois possuem cadastro junto ao SUS.

d) a execução dos serviços de saúde é exclusiva do Poder Público, que somente poderá ser auxiliado por pessoas jurídicas de direito público devidamente autorizadas.

07. Independentemente da situação financeira do interessado, a Constituição Federal determina a gratuidade (art.226, §1°):

a) da ação popular, ainda que o autor tenha agido de má-fé.

b) do registro civil de nascimento.

c) da certidão de óbito.

d) da celebração do casamento civil.

DIREITO CIVIL

08. Nos termos do art. 43, §1° do Código de Defesa do Consumidor "Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros e verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos. Sobre o tema assinale a assertiva **INCORRETA.**

a) A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução.

b) Segundo recente entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça o termo inicial do prazo de

permanência do nome do consumidor em cadastros de proteção ao crédito deve ser o da data do fato gerador da informação depreciadora.

c) Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

d) Pago o débito incumbe exclusivamente ao consumidor solicitar a exclusão de seu nome de cadastros restritivos (SPC e SERASA), no prazo de 05 dias úteis.

09. A respeito do Estatuto da Pessoa com Deficiência e consequentes alterações ao Código Civil assinale a assertiva **INCORRETA**:

a) A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e durará o menor tempo possível.

b) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa para exercer seus direitos ao casamento e a constituição de união estável, bem como à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

c) A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

d) A avaliação da deficiência, quando necessária, levará em consideração critérios biológicos por meio de perícia médica, sendo dispensada análise por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

10. Assinale a assertiva **INCORRETA**.

a) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

b) É anulável o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, foi ilícito.

c) A doação de ascendente a descentes, ou de um cônjuge a outro, importa em adiantamento do que lhes cabe por herança.

d) A simulação constitui espécie de nulidade do negócio jurídico.

11. A Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/10) é um importante instrumento de proteção da criança e do adolescente contra a interferência em sua formação psicológica. Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte sua convivência de criança ou adolescente com genitor/genitora, em ação autônoma ou não, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos segundo a gravidade do caso.

I. Determinar a fixação de cautelar de do domicílio da criança ou do adolescente.

II. Determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão

III. Determinar cautelarmente a perda definitiva do poder familiar, independente de prévia perícia ou de processo judicial que assegure ampla defesa e contraditório.

IV. Declarar a suspensão da autoridade parental.

Assinale a opção CORRETA.

a) Estão corretas as assertivas I, II e III.

b) Estão corretas as assertivas I e IV.

c) Estão corretas as assertivas I, II e IV.

d) Estão corretas as assertivas II, III e IV.

12. No que tange a disciplina legal dos alimentos e jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva **INCORRETA**.

a) A responsabilidade dos avós de prestar alimentos é subsidiária. Dessa forma havendo falecimento do genitor do alimentante deverá restar demonstrado não somente a impossibilidade ou insuficiência de cumprimento da obrigação pelo outro genitor, como também pelo espólio do genitor falecido.

b) A obrigação alimentar a ser prestada ao idoso é de natureza solidária, podendo o beneficiário optar entre os prestadores.

c) O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos.

d) O novo casamento do cônjuge devedor de alimentos extingue a obrigação constante da sentença de divórcio.

13. Acerca do direito sucessório, analise as assertivas a seguir.

I. São herdeiros necessários os descendentes, ascendentes, cônjuge e os colaterais até o quarto grau.

II. Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a integralidade dos bens da herança.

III. Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente.

IV. Dá-se o direito de representação quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se fosse vivo.

Assinale a opção CORRETA

a) Estão corretas as assertivas I e II.

b) Estão corretas as assertivas I e III.

c) Estão corretas as assertivas III e IV.

d) Estão corretas as assertivas I e IV.

14. No que tange a adoção, assinale a assertiva CORRETA.

a) A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

b) É possível a adoção por procuração.

c) Ainda que se trate de adotando maior de doze anos de idade, não será necessário o seu consentimento.

d) A adoção prescinde de prévio estágio de convivência com a criança e o adolescente.

PROCESSO CIVIL

15. O Código de Processo Civil dispõe expressamente que:

a) Será excluída de apreciação jurisdicional qualquer ameaça a direito.

b) É permitida a arbitragem, na forma de portaria.

c) O Estado promoverá, em alguns casos, a solução consensual dos conflitos.

d) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

16. Assinale a alternativa correta, conforme dispõe o Código de Processo Civil:

a) A ação rescisória deve ter por objeto todos os capítulos da decisão.

b) Quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro.

c) É inadmissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

d) A sentença arbitral é título executivo extrajudicial.

17. Sobre recursos, o Código de Processo Civil prevê expressamente que:

a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

b) A desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

c) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

d) A parte que aceitar expressa ou tacitamente a decisão poderá recorrer.

18. Sobre a gratuidade da justiça, dispõe o Código de Processo Civil:

a) Somente brasileiros natos, com insuficiência de recursos para pagar as custas e as despesas processuais tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

b) A gratuidade da justiça não compreende as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais.

c) A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

d) É possível a utilização dos recursos do fundo de custeio da Defensoria Pública para o pagamento de perícia do beneficiário de gratuidade da justiça.

19. Sobre a Defensoria Pública, o Código de Processo Civil dispõe que:

a) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma gratuita, mas não integral.

b) A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro sempre, sendo que o prazo tem início com a intimação pessoal do defensor público.

c) Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para a Defensoria Pública.

d) O membro da Defensoria Pública jamais será civilmente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

20. Assinale a alternativa correta sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais - Lei Federal nº 9.099-1995:

a) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

b) Poderão ser partes o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

c) Se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro e de assistência, bem como o litisconsórcio.

d) A citação poderá ser feita por edital.

21. Segundo a Lei Federal nº 12.016-2009, que disciplina o Mandado de Segurança Individual e Coletivo:

a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

b) Cabe mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

c) Se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

d) Possível conceder mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.

DIREITO PENAL

22. Sob a ótica do princípio da fragmentariedade, analise as assertivas abaixo:

I- O direito penal somente deve ser acionado quando os outros ramos do direito não sejam suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos;

II-É legítima a intervenção penal apenas quando a criminalização de um fato se constitui meio indispensável para a proteção de determinado bem ou interesse;

III- O direito penal é a última etapa de proteção do bem jurídico;

Encontra (m)-se **INCORRETA** (S):

a) I e II

b) II

c) II e III

d) III

23. CAIO, brasileiro, praticou o delito de tortura contra JOSÉ, também brasileiro, na cidade de LA PAZ. Partindo dessa premissa, assinale a alternativa correta:

a) Para que sejam aplicadas as leis brasileiras em relação ao caso, o fato deve ser punido como crime também no local em que foi praticado.

b) Se CAIO tiver sido perdoado no local onde o fato foi praticado, fica obstada a punição segundo as leis Brasileiras;

c) Aplica-se a Lei Brasileira independentemente do fato ter sido praticado em território estrangeiro, já que a vítima é Brasileira;

d) O fato do agente ser Brasileiro, obrigatoriamente, indica que deverá ser punido segundo as Leis Brasileiras, nos termos do artigo 2º da Lei 9.455/97.

24. Quanto ao princípio da insignificância e sua aplicação, assinale a alternativa correta:

a) O principio da insignificância é uma causa de exclusão da ilicitude, já que deixa de haver reprovabilidade em relação ao fato;

b) O transito em julgado da condenação obsta seu reconhecimento;

c) É vedada a sua utilização nos crimes cometidos por militares;

d) São requisitos objetivos para a aplicação do princípio da insignificância: Mínima ofensividade da conduta, mínima periculosidade social da ação, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica.

25. Tratando do conceito analítico de crime, assinale a assertiva **INCORRETA**:

a) De acordo com a posição quadripartida, são elementos do crime: fato típico, licitude, culpabilidade e punibilidade;

b) De acordo com a posição bipartida, a culpabilidade deve ser excluída da composição do crime, já que é mero pressuposto para aplicação da pena;

c) De acordo com a teria tripartida, a punibilidade não é elemento do crime, sendo apenas a consequência de sua prática.

d) A adoção da posição tripartida implica, necessariamente, na adoção do sistema clássico.

26. Tratando do crime culposo, analise as assertivas abaixo e assinale a que estiver correta:

a) Em sede criminal não há que se falar em compensação de culpas;

b) A concorrência de culpas ocorre quando a vítima, com sua conduta, acaba facilitando a ocorrência do delito;

c) A culpa exclusiva da vítima não exclui a culpa do agente;

d) São espécies de culpa: negligência, imperícia e imprudência;

27. Imagine que JOANA, portando um revólver, e MARIA, portando uma espingarda, estejam escondidas através de arvores, uma de um lado da rua e a outro do lado oposto, ignorando uma a presença da outra. Em determinado momento, JUQUINHA, desafeto de ambas, por ali passa, momento em que ambas as agentes efetuam disparos de arma de fogo, os quais culminaram na morte de JUQUINHA. Nesse caso, estamos diante de um caso de:

a) Participação em cadeia;

b) Participação em ação alheia;

c) Autoria colateral;

d) Cooperação dolosamente distinta;

28. Imagine que JOSIAS foi denunciado pelo Ministério Público em 01/06/2005, pela prática de um homicídio simples ocorrido em 01/06/1993, tendo a denúncia sido recebida em 20/06/2005. O processo transcorreu normalmente e JOSIAS foi condenado a seis anos de reclusão, cuja decisão transitou em julgado no dia 20/12/2015. Nesse caso, sob o prisma das causas de extinção de punibilidade, assinale a assertiva correta:

a) Entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia ocorreu a prescrição da prescrição punitiva propriamente dita;

b) Entre a data do recebimento da denúncia e a data do trânsito em Julgado da sentença ocorreu a prescrição intercorrente.

c) Entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia ocorreu a prescrição retroativa.

d) A prescrição retroativa não poderia ser reconhecida em virtude da expressa proibição de que o termo inicial não pode ser anterior à denúncia ou queixa;

PROCESSO PENAL

29. A respeito da ação penal, assinale a alternativa correta:

a) Considera-se perempta a ação penal quando falecer o querelante.

b) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

c) A morte do acusado não provoca a extinção de sua punibilidade.

d) O perdão e a renúncia da vítima somente admitem prova escrita.

30. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta:

a) o inquérito policial será presidido pelo Promotor de Justiça quando o indiciado for autoridade pública.

b) o juiz poderá decretar de ofício a prisão preventiva no curso do inquérito policial.

c) a autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

d) o juiz poderá decretar o sigilo dos elementos de prova já documentados inquérito policial, desde que necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

31. Sobre a prisão, assinale a alternativa correta:

a) a ordem de prisão dependerá de requerimento do Ministério Público ou Delegado.

b) o mandado de prisão valerá somente no local de jurisdição do juízo que a decretou.

c) em qualquer fase da investigação ou do processo penal, caberá a prisão preventiva.

d) a prisão preventiva terá validade de até 90 dias.

32. Sobre o uso de algemas, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) É vedado o uso de algemas em mulheres durante o período de puerpério imediato.

b) O Estado poderá terá responsabilidade civil pelo uso indevido de algemas por seus agentes.

c) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros.

d) É obrigatório o uso de algemas durante o curso de audiência de custódia.

33. Assinale a alternativa correta:

a) Na sentença condenatória, o juiz poderá reconhecer agravantes que não foram descritas na denúncia, e ainda que não tenham sido alegadas pelo Ministério Público.

b) O princípio da correlação entre a imputação e a sentença não admite que o juiz dê nova definição jurídica ao fato descrito na denúncia ou queixa, salvo se, em decorrência disto, deva aplicar pena mais branda.

c) O não recolhimento do réu cuja prisão preventiva foi decretada impede o conhecimento do recurso de apelação interposto contra a sentença condenatória, o qual deverá ser considerado deserto.

d) Absolvido o réu por estar provado que ele não concorreu para a infração penal ou que o fato não constituiu infração penal, o juiz fixará indenização pelo tempo de prisão preventiva à qual foi submetido durante o processo.

34. Assinale a alternativa correta:

a) O réu será absolvido sumariamente se não existirem provas de ter concorrido com a infração penal.

b) Não é obrigatória a transcrição dos depoimentos e das alegações finais da acusação e da defesa tomados por meio audiovisual.

c) Logo após a denúncia, observando a perspectiva de prescrição da pretensão punitiva de acordo com a pena hipotética ao final do processo, o juiz decretará a extinção da punibilidade.

d) Ao apelar da sentença, o recorrente deverá imediatamente apresentar suas razões.

35. Sobre as citações e intimações no processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

a) Após a citação, não tendo constituído advogado ou apresentado defesa, será nomeado defensor público em favor do acusado, independentemente da sua situação financeira.

b) A intimação do defensor público será sempre pessoal.

c) O militar será citado por intermédio do chefe do respectivo serviço.

d) Não comparecendo o acusado citado por edital, nem constituindo advogado, será o processo suspenso e decretada sua prisão preventiva.

NOÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA

36. Nos termos do artigo 134 da Constituição Federal, são princípios institucionais da Defensoria Pública:

a) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

b) a unidade, a divisibilidade e a independência funcional;

c) a unidade, a indivisibilidade e a dependência funcional;

d) a diversidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

37. Nos termos do artigo 4o da Lei Complementar Federal 80/94, não é função institucional da Defensoria Pública:

a) exercer a defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, da pessoa portadora de necessidades especiais, da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Estado;

b) exercer a defesa dos direitos e interesses individuais, difusos, coletivos e individuais homogêneos e dos direitos do consumidor,

c) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

d) acompanhar inquérito policial, com a comunicação em 48 horas da prisão em flagrante pela autoridade policial, quando o preso não constituir advogado.

38. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, nos termos da Lei Complementar Federal 80/94:

a) receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;

b) não ser preso, senão por ordem judicial escrita, caso em que a autoridade fará imediata comunicação ao Defensor Público-Geral;

c) ter vista pessoal dos processos fora dos cartórios e secretarias, ressalvadas as vedações legais;

d) manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota.

39. Após vários exames médicos ficou cabalmente constatado que Maria gestava feto anencéfalo. Ela procurou a Defensoria Pública para que as providências judiciais relativas a interrupção da gravidez fossem tomadas. O Defensor Público natural para o caso pode:

a) em razão de sua independência funcional, pode recusar o atendimento por considerar que tal pleito agride a sua convicção religiosa;

b) se o Defensor Público entender inexistir hipótese de atuação institucional dará imediata ciência ao Corregedor-Geral, que decidirá a controvérsia, indicando, se for o caso, outro Defensor Público para atuar;

c) pleitear as medidas judiciais cabíveis para interrupção da gestação, podendo, contudo, considerar-se impedido para o atendimento;

d) representar à autoridade policial para instaurar inquérito para apurar crime de aborto;

40. Os princípios _____ e _____ permitem aos membros da Defensoria Pública substituírem-se uns aos outros, obedecidas as regras legalmente estabelecidas sem qualquer prejuízo para a atuação da Instituição ou para a validade do processo.

Os princípios que melhor preenchem as lacunas acimas são:

a) da indivisibilidade e da independência funcional;

b) da Independência funcional e da unidade;

c) da unidade e da indivisibilidade;

d) da autonomia e da gestão orçamentária.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

41. São características dos direitos difusos:

a) grupo indeterminável, objeto indivisível e origem a situação de fato.

b) grupo determinável, objeto indivisível e origem a relação jurídica.

c) grupo determinável, objeto divisível e origem comum.

d) grupo indeterminável, objeto indivisível e origem comum.

42. A propositura da ação civil pública:

a) em nenhuma hipótese será precedida de ação cautelar.

b) determina litispendência com qualquer outra ação individual que tenha o mesmo pedido.

c) a associação, em nenhuma hipótese, poderá ser dispensada da exigibilidade de sua pré-constituição há pelo menos um ano.

d) prevenirá a jurisdição do Juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam o mesmo objeto.

43. Na Ação Popular o prazo de contestação é de:

a) Quinze dias, prorrogáveis por mais quinze.

b) Dez dias, prorrogáveis por mais dez.

c) Vinte dias, prorrogáveis por mais vinte.

d) Vinte dias, não cabendo prorrogação em nenhuma hipótese.

44. De acordo com o ECA, assinale a opção correta:

a) Apenas a falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo para a perda ou a suspensão do poder familiar.

b) Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

c) De acordo com o direito à liberdade, a vacinação das crianças é facultativa em qualquer caso, independentemente de surtos ou epidemias.

d) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não deve ser superior a mais de um ano.

45. Assinale a alternativa correta:

a) Considera-se ato infracional apenas a conduta descrita como crime.

b) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas na Lei.

c) Para os efeitos da Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data da sentença.

d) O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

46. Assinale a alternativa correta quanto aos Poderes da Administração Pública:

a) o poder vinculado é aquele que confere prerrogativas à Administração Pública, que tem a possibilidade de fazer opções, de deliberar, com liberdade de escolha dentre as soluções juridicamente possíveis e admitidas.

b) o poder hierárquico possibilita a delegação de qualquer atribuição de um órgão superior a outro inferior subordinado a este.

c) A expedição de licença para o exercício de atividade ou prática de determinados atos é atribuição típica do poder de polícia administrativa.

d) constitui manifestação do poder disciplinar a avocação de atribuições, desde que não sejam de competência exclusiva do órgão subordinante.

47. Acerca dos atos administrativos, assinale a opção correta:

a) os atos administrativos vinculados podem ser revogados, desde que de forma fundamentada.

b) O Estado pode anular seus próprios atos administrativos por conveniência e oportunidade.

c) os atos administrativos perfeitos e inválidos podem ser eficazes.

d) a imposição e a execução de multa pela administração pública a particular independem de decisão judicial, dado o atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos.

48. A inexistência do motivo que justifica a expedição de determinado ato da autoridade administrativa poderá ser

a) suspenso.

b) cassado

c) anulado.

d) revogado.

49. Acerca da responsabilidade civil do Estado por danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, pode-se afirmar:

a) o Estado responde objetivamente por ação ou omissão;

b) a culpa exclusiva da vítima não é causa excludente de responsabilidade objetiva do Estado;

c) condutas lícitas praticadas pelo Estado não geram o dever de indenizar;

d) é assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

50. Acerca das formas de intervenção do Estado na propriedade, marque a opção correta:

a) A servidão administrativa constitui forma de intervenção do Estado na propriedade privada, em que se impõe ao proprietário obrigações de caráter positivo, que implicam o dever de fazer algo em prol do interesse público.

b) O tombamento, forma de intervenção do poder público na propriedade, pode incidir tanto sobre bens móveis quanto sobre bens imóveis.

c) A passagem subterrânea, por determinado terreno particular, de dutos para o transporte de gás configura exemplo de limitação administrativa.

d) A requisição é modalidade de intervenção por meio da qual o Estado, em face de perigo iminente, utiliza serviços, mas não bens, de particulares.

FIM